



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 112

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 08 de Setembro de 2004

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Bento Barcelos)*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos

Período de Informação Parlamentar:

Neste período deram entrada na Mesa dois votos, um de saudação e outro de congratulação, ambos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD.

- Voto de Saudação pela passagem dos 150 anos da Associação de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

No debate deste voto usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), que fez a apresentação, e Manuel Campo (*PS*).

Posto à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de congratulação pela passagem do 75º aniversário do Sport Club Angrense.

A apresentação deste voto coube ao Sr. Deputado Bento Barcelos (*PSD*), tendo intervindo no debate a Sra. Deputado Andreia Cardoso (*PS*) e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Para intervenções de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Manuel Campos (*PS*), José Francisco Fernandes (*Indep.*), António Loura (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*) e Natividade Luz (*PS*).

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa, (*PS*), proferiu uma intervenção nos termos do artigo 76º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Para se despedir da Assembleia, como deputado, usou da palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa (*PS*).

Período da Agenda Parlamentar:

- Proposta de Resolução – “Conta de Gerência da ALRA, referente ao ano de 2003”.

Após a apresentação feita pelo Sr. Presidente da Mesa, a mesma foi aprovada, sem discussão, por unanimidade.

- Pedido de autorização à Assembleia para o Sr. Deputado Regional Renato Luís Pereira Leal prestar depoimento escrito.

O pedido foi autorizado por unanimidade.

- Foi aprovada por unanimidade a Proposta de Deliberação que declara findo o Período Legislativo de Setembro, apresentada pela Mesa da Assembleia.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 10 minutos

—

Presidente: Boa tarde Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral** **Vieira**

José Humberto Medeiros **Chaves**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel Soares da **Silveira**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** **Luz**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Humberta Maria Bum **Bettencourt**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Deputado Independente:

José Francisco Salvador Fernandes

Presidente: Estão presentes 50 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar os nossos trabalhos pela apreciação e votação de dois votos que entraram na Mesa, um de saudação e um de congratulação.

Vamos começar pelo voto de saudação pela passagem dos 125 anos dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Saudação

Em 5 Agosto de 1879 um pequeno grupo de micalenses, imbuídos de elevado sentido cívico, constituiu a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada.

Com poucos recursos humanos e, sobretudo, materiais, tratava-se, antes de mais, de reforçar os trabalhos de combate a incêndios, então competência da Câmara Municipal, que para o efeito dispunha de um serviço próprio de bombeiros.

Aliás, na génese da iniciativa pôde logo vislumbrar-se intentos de articulação entre Associação de Voluntários e o município. Figuras proeminentes da vereação da capital do distrito, ao mesmo tempo que exerciam funções públicas no elenco camarário, também desempenhavam cargos de direcção e coordenação na nova associação humanitária.

A fusão das duas corporações, concretizada em 1905, foi o corolário de um trabalho altruísta e imprescindível na defesa dos bens dos cidadãos.

Ao longo do tempo, a administração pública – municipal, distrital e regional, esta depois de 1976 – dispensou aos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada a

colaboração institucional que um serviço social desta natureza impunha. Aqui e ali, uma ou outra incompreensão ou insuficiência de meios, não deslustra a relação responsável e afectiva que os diferentes níveis de poder lhe dispensaram.

Durante 125 anos, quantos homens, e também hoje mulheres, sem nome registado na história, deixaram o seu trabalho, se privaram da alegria da família e do sossego do sono para combater o infortúnio que se abatia nas vidas e pertences de outros concidadãos, gratuitamente, sem outra recompensa que não fosse o genuíno sentimento do dever cumprido? Quantos levaram às últimas consequências o lema da Associação, “Vida por Vida”? Quantos homens e mulheres choraram a impossibilidade salvar relíquias do nosso património construído e preservar o acervo memorial das nossas gentes?

Invocar figuras e factos dos 125 anos da história dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, por mais exaustivo e minucioso que fosse esse exercício descritivo, ficaria sempre aquém da verdadeira expressão do altruísmo e generosidade de quantos como membros efectivos ou dirigentes serviram e servem esta instituição.

Por isso, na evocação de data tão relevante, nos ficamos pela manifestação do nosso preito, simples mas profundamente sentido e penhorado.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove um Voto de Saudação pelos 125 anos da Associação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, nele exprimindo, em nome do Povo Açoriano, que aqui representamos, a admiração e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por activos e dirigentes em toda a vida desta centenária instituição da Região Autónoma dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 8 de Setembro de 2004

Os Deputados Regionais, *José Manuel Bolieiro, Joaquim Machado, Manuel Arruda, Luís Medeiros e Humberto Melo*”.

Presidente: Estão abertas as inscrições para possíveis intervenções sobre este voto.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Campos e Paulo Gusmão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

(*) Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de saudação aos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, mas pensamos ser legítimo acrescentar mais algumas palavras.

Os 125 anos agora comemorados pelos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada têm, e isso é inegável, um marco indelével da contribuição do Governo do PS/Açores.

A nova infra-estrutura de que dispõem os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada é uma das melhores unidades do País, talvez até da Europa, no género e na actividade a que se dedicam.

Foram cerca de três milhões de contos investidos na construção desta nova unidade que deve orgulhar os micalenses e os açorianos.

(Aparte inaudível do Sr. Deputado Joaquim Machado)

O Orador: O Sr. Deputado pode fazer os apartes que entender, mas este facto é real, é inegável e está lá a marca do Governo Regional dos Açores do Partido Socialista e orgulhamo-nos disso.

Não estamos a querer puxar todos os louros para nós, estamos a querer dizer que também fazemos parte e demos o nosso contributo para que a Associação Humanitário dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada tivesse esta infra-estrutura.

Damos também os nossos parabéns aos mais de sete mil associados que aquela instituição tem, pela comemoração dos 125 anos.

Também pensamos que vale a pena consultar uma obra deixava pela anterior Direcção dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, que é o livro comemorativo dos 125 anos. Não nos parece mal fazer referência a esta obra. Ela está lá para quem a quiser visitar, para quem a quiser ver.

Queríamos salientar isto e dizer uma vez mais que damos o nosso apoio ao voto apresentado pelo PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) **Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo;

Associamo-nos com gosto a 125 anos de serviço à sociedade, serviço à comunidade micaelense, de serviço a essa parcela da Região Autónoma dos Açores por parte de uma instituição chamada Associação de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, que durante todos estes anos conseguiu ser uma resposta capaz, não só aos Concelhos de Ponta Delgada e Lagoa, mas em tempos idos e durante muitos e muitos anos até no Nordeste era esta Associação que dava resposta, com muitas dificuldades, a todas as solicitações da ilha.

Estamos, de facto, a saudar os 125 anos desta Associação.

Julgo que não é correcto fazer qualquer outro tipo de saudação que não este.

Obviamente que saudar os 125 anos, é saudar todas as melhorias que houve em todos os tempos incluindo hoje, como é óbvio, onde os Bombeiros Voluntários se orgulham de ter uma boa sede, uma das melhores, como foi dito. Da mesma forma que se orgulham, e não foi dito, de ter novos carros e, portanto, que se orgulham de ter apoio das instituições, como é dito neste voto, quer da parte do Governo Regional, quer da parte da Câmara Municipal, o que é, aliás, reconhecido por eles próprios.

Felizmente que nesta matéria as instituições ao nível local e ao nível regional têm dado alguma resposta, mas isso não deve significar reduzirmos a instituição, perdoem-me a expressão, a qualquer género de propriedade.

Saudar a Associação, é saudar sobretudo esse empenho, esse mérito pessoal dos próprios bombeiros e não, obviamente, o Governo Regional de agora por ter dado

esta nova sede, como também ao governo que fez a sede na Rua de S. Joaquim e ao governo que fez a sede da Rua dos Antigos Bombeiros.

Portanto, em toda a história dos 125 anos dos Bombeiros, é a instituição e a vontade dos próprios bombeiros que aqui saudamos e que, sobretudo, agradecemos todo esse empenho à nossa sociedade e de um modo especial à comunidade de Ponta Delgada.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao voto de congratulação relativo ao aniversário do Sport Club Angrense, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos para fazer a apresentação deste voto.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

O Sport Club Angrense foi fundado a 1 de Dezembro de 1929, pelo que no presente ano comemora o seu 75º aniversário.

Tal facto é motivo de significativo regozijo dos desportistas em geral, dos associados e dirigentes do Sport Club Angrense em particular, mas também da vida desportiva regional, numa expressão de respeito pela instituição, pela sua importância e relevo desportivos, que ultrapassam a dimensão do Concelho de Angra do Heroísmo, para atingir impacto a nível da Ilha Terceira e dos Açores.

O Sport Club Angrense nasce formalmente da fusão do Clube Desportivo Angrense e do Sport Club Terceira e é a Delegação nº 3 do Sport Lisboa e Benfica, seu Clube-mãe, ostentando os mesmos símbolos.

O Sport Club Angrense, de entre outras modalidades desportivas que promoveu, esteve e está especialmente vocacionado para a prática do futebol, tem no seu palmarés grandes sucessos e vitórias nos âmbitos Terceirense e Açoriano e foi a primeira equipa açoriana a conquistar o título de Campeão Insular, ao vencer o Marítimo do Funchal na Eliminatória Açores-Madeira para apuramento à Taça de

Portugal, no ano de 1960, e na sequência desta vitória, nesse mesmo ano recebeu, em Angra do Heroísmo, o Sport Lisboa e Benfica na sua primeira deslocação à Ilha Terceira, evento que mereceu grande adesão das populações, dos desportistas e das instituições.

Foi o primeiro Campeão dos Açores na época de 1936/37, o que aconteceu posteriormente por 6 vezes e no âmbito do Campeonato da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo venceu 14 eliminatórias.

Participou, pela primeira vez, no Campeonato Nacional da III Divisão, Série Açores, em 1981/82, tendo participado neste campeonato em épocas desportivas seguintes.

Na década de 70, o Sport Club Angrense viu fundada em 1974, na Cidade de Toronto (Canadá), a sua primeira Delegação do Club e ao comemorar as suas Bodas de Ouro, em 1979, foi agraciado por Sua Excelência o Presidente da República, General Ramalho Eanes, com a medalha de Mérito de Educação Física.

Dado a sua intensa actividade desportiva com sucessos assinaláveis, o respeito e consideração que lhe são devidos pelas organizações desportivas e pela população, o Governo Regional, através da Resolução nº 24/84, de 5 de Março, atribuiu-lhe o estatuto de Instituição de Utilidade Pública.

Ao aproximar-se a data comemorativa das Bodas de Diamante, pelas razões expostas, os deputados subscritores do Grupo Parlamentar do PSD, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, propõem o presente Voto de Congratulação ao Sport Club Angrense.

Horta, Sala das Sessões, 8 de Setembro de 2004.

Os Deputados Regionais, *José Manuel Bolieiro, Clélio Meneses, Bento Barcelos e Raúl Rego*”.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Estão inscritos, para intervir na discussão deste voto, a Sra. Deputada Andreia Cardoso e o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Tem a palavra a Sra. Deputado Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muita satisfação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, pela comemoração dos 75 anos de vida e de fundação do Sport Club Angrense, embora estejamos ainda a quatro meses da comemoração da data da sua fundação

Pelo trabalho desenvolvido por este Clube, sobretudo ao nível desportivo na área de futebol e, sobretudo, na formação de jovens, ele merece toda a nossa atenção, todo o nosso carinho e merece que saudemos, em primeiro lugar, os seus dirigentes que ao longo de 75 anos vêm mantendo a actividade deste Clube, com as dificuldades que todos reconhecemos, nos tempos que correm, ao dirigismo desportivo.

É neste sentido que sinto especialmente este voto de congratulação aqui apresentado, porque ao longo destes anos a minha família tem participado muito activamente no dirigismo deste Clube, quer o meu avô Pedro Cardoso Coelho, já falecido, quer o meu tio Oldemiro Cardoso Coelho, que dedicaram muitos anos da sua vida a esta colectividade.

Queria também agradecer a todos os jovens que participam ainda activamente neste Clube e a todos aqueles que já participaram, entre os quais temos Pauleta que foi atleta deste Clube há uns anos atrás, antes de partir para altos voos em França e temos também entre nós dois atletas, um dos quais posso citar, a outra não, que é o Paulo Messias que está aqui presente e praticou futebol no Sport Club Angrense. É neste sentido que não podia deixar de registar isto aqui.

Este Clube não se restringe apenas ao futebol, havendo outras áreas, como o andebol, que já foram mais vivas, mas certamente os dirigentes actuais não deixarão de lhes dar a devida atenção daqui em diante.

Muito obrigada e muitas felicidades.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP associa-se a este voto de congratulação, cuja efeméride ocorrerá no próximo dia 1 de Dezembro.

Julgo que já muito foi dito, sobretudo o cuidado posto aqui nessas datas mais relevantes desta Associação.

A mim não me agrada muito recordar estes jogos em 1960 com o Benfica, porque estive presente e, portanto, também me aproximo de datas que não são do agrado geral, mas também tive o privilégio de seguir e acompanhar parte da história desta instituição, como de todas as outras que nesta área nos Açores têm vindo a prestar relevantes serviços.

Quero realçar todos os seus principais corpos dirigentes, que contou com os familiares da nossa ilustre colega, que ainda há pouco referiu e muito bem, que honraram o desporto e a terra.

Permitam-me referir um aspecto muito específico do Sport Club Angrense, talvez o mais específico de todos, que é a circunstância de, sempre que me lembre, ter comemorado o seu aniversário, coisa que nem todas as associações o fazem, nomeadamente quando não estão na “mão de cima”, e já aconteceu muitas vezes, com grandes dificuldades, reunindo às vezes as famílias da comissão administrativa e mais alguns pequenos das classes infantis, mas deram sempre grande dignidade às comemorações do seu aniversário, o que julgo não ser prática comum, nomeadamente ao nível destes que têm maior projecção desportiva e social.

Parabéns ao Angrense pelo seu aniversário, com a satisfação que hoje passa por um período da sua vida bem mais tranquilo, que é saudável para o desporto regional e sobretudo para a grande família do Sport Club Angrense, que não é tão grande como a do Praiense, mas que tem também alguma expressão.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos prosseguir os nossos trabalhos com as intervenções de interesse político relevante.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para uma intervenção.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fruto da acção dos Governos do Partido Socialista, liderados por Carlos César, oito anos e duas legislaturas depois, a ilha do Pico sofreu uma enorme transformação.

Oito anos e duas legislaturas depois o Pico tem concluídas ou em curso as principais infra-estruturas por que lutou durante décadas, estando criadas as condições para um desenvolvimento há muito ambicionado, mas sempre recusado ou adiado.

No primeiro mandato o Governo Regional socialista centrou a sua acção no relançamento e saneamento financeiro do sector produtivo – agricultura, pescas e unidades industriais a jusante – e no planeamento de importantes obras e projectos que foram executados e desenvolvidos no segundo mandato.

Em 2000, os picarotos sentiram as diferenças e deram, pela primeira vez, a vitória eleitoral ao Partido Socialista.

Hoje, é com enorme orgulho que, prestando contas perante aqueles que nos elegeram, podemos afirmar que cumprimos. Mais ainda, quando nos detemos no (mau) exemplo da Coligação de Direita e comparamos a seu desempenho no poder com o seu discurso de campanha eleitoral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Destacamos, as obras de ampliação da pista do Aeroporto do Pico (já concluída) e de construção da nova aerogare, do edifício do controlo, da placa de estacionamento de aeronaves e das instalações e equipamentos de combate a incêndios (todas em fase adiantada de execução). Este conjunto constitui, indubitavelmente, a maior e mais importante obra da autonomia democrática realizada no Pico, ao mesmo tempo que o Governo Regional assegurou as ligações aéreas com Lisboa, dentro de menos de quatro meses.

Com persistência, esforço e trabalho competente, e contra algumas más vontades, assistimos recentemente ao reconhecimento da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico como Património da Humanidade.

Numa tarefa igualmente complexa e árdua foi, finalmente, possível operacionalizar a Unidade de Saúde do Pico, dando-se um passo fundamental para que os picarotos disponham dos cuidados de saúde a que têm direito.

Embora condicionada por um regime de apoios complexo e gerador de injustiças e pela quebra da solidariedade nacional, a Reconstrução das habitações afectadas pelo sismo de 9 de Julho de 1998 prosseguiu e está em vias de conclusão.

No final do mandato teremos a estrada regional da volta da ilha e os ramais da Areia Larga, Santa Cruz das Ribeiras e Calheta do Nesquim totalmente repavimentados, numa extensão de mais de 100 quilómetros.

Prosseguem, em bom ritmo, as obras de reforço e de substituição da cabeça do molhe cais do Porto Comercial do Pico, numa solução técnica que permitirá a sua futura ampliação.

Continuou-se – num investimento que não tem paralelo no passado – com a melhoria das condições de operacionalidade e de trabalho em todos os portos de pesca da ilha.

Inauguraram-se, ainda durante este mandato, a nova fábrica de lacticínios da Picolaze, o lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia de São Roque, o centro de actividades ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, o centro de acolhimento de crianças da Candelária e o novo quartel dos Bombeiros Voluntários da Madalena. Está em curso a instalação do Parque Eólico do Pico e em breve estarão concluídas as obras dos serviços da Segurança Social da Madalena, do lar de idosos da Santa Casa da Misericórdia na Piedade, das casas de apoio à escalada da Montanha e da Gruta das Torres.

Também já estão adjudicadas e em fase de arranque as obras de Protecção da Orla Costeira da Vila das Lajes e do novo Matadouro do Pico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é óbvio, nem tudo está feito no Pico. Por razões conjunturais e com enorme pena nossa, não pudemos avançar, ainda, com o projecto da Escola EB 2,3/S das Lajes do Pico.

A execução desta importante obra, bem como a resolução do problema das instalações do Centro da Saúde da Madalena e o desenvolvimento da Unidade de Saúde do Pico com a implementação de novas valências; o ordenamento e ampliação do Porto Comercial do Pico e o ordenamento e reforço do molhe do Porto da Madalena; a correcção do traçado e repavimentação da estrada transversal; a recuperação do Convento de São Pedro de Alcântara com a sua transformação em Pousada de Juventude (cujo projecto foi apresentado esta manhã) e a construção do lar de idosos da vila das Lajes (com o projecto já em fase de elaboração) constituem – entre outras – um conjunto de obras que convocam de novo a capacidade e, sobretudo, a vontade do Partido Socialista e de Carlos César para CONTINUAR A MUDAR O PICO PARA MELHOR.

Esta é, pois, a questão essencial que se coloca a todos os picarotos: prosseguir connosco o rumo do progresso ou voltar para trás.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado Hernâni Jorge suscita-me um comentário, embora breve, e vem na linha daquilo que nós temos vindo a observar, desde ontem a esta parte, nesta sessão plenária, que é uma sequência de intervenções de deputados da bancada do Partido Socialista a fazer o elogio natural, que se compreende, à governação socialista, uma vez que estamos em final de legislatura. Eu digo elogio natural, porque provavelmente daqui a quatro anos estaremos nós também na bancada do PSD a fazer o elogio natural ao governo da Coligação Açores.

Deputado João Cunha (PSD): Muito bem! E que traga mais obra em menos tempo!

O Orador: Quero, em nome da verdade e da realidade afirmar e reconhecer que o Governo Socialista em oito anos não cumpriu com algumas promessas que fez para o Pico. Negar esta realidade era pura demagogia ou usar um discurso politicamente incorrecto.

Agora, o que ninguém pode negar é que o PS prometeu para a ilha do Pico muito mais do que aquilo que fez e mesmo o que fizeram resta avaliar se com o mesmo dinheiro não se poderia ter feito muito mais e melhor.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Tenho aqui duas situações que atestam aquilo que acabo de afirmar.

Faço recurso do memorando do Conselho de Ilha, elaborado este ano e entregue ao Governo na sua visita estatutária à Ilha do Pico, com 59 assuntos que são preocupações dos picoenses. São preocupações, porque se tratam de temas não resolvidos nesta ilha.

Este memorando foi aprovado no Conselho de Ilha por unanimidade e, portanto, com o consentimento e com o voto expresso de alguns socialistas que fazem parte deste Conselho de Ilha.

Tenho aqui uma listagem grande, com mais de trinta temas, de promessas dos socialistas não cumpridas naquela ilha, mas mais grave do que promessas não cumpridas, são deliberações do Conselho do Governo não cumpridas. Todas têm as suas datas e se quiserem dou-me ao trabalho de as ler. São mais de trinta.

O que me parece pura demagogia e discurso politicamente incorrecto é alguns dos Srs. Deputados transmitirem a ideia de que o desenvolvimento e o progresso na Ilha do Pico começaram apenas em 1996. Ignorar todo o passado é que é pura demagogia ou ignorância pura.

Este discurso hoje aqui proferido, embora muito sintético, pelo Deputado Hernâni Jorge mais parece um discurso que ele deve ter preparado para algum comício que irá fazer na ilha do Pico, porque é um discurso que não cai bem num parlamento. É um discurso demasiado comicieiro apelando ao voto, não sei a quem, pelo menos a mim não me convencerá, nem a nenhum deputado desta bancada.

Há apenas um aspecto referido no seu discurso que eu gostaria de associar-me em nome da legitimidade democrática e da verdade dos factos. Eu, sinceramente,

esperava que da bancada do PS, nomeadamente dos Deputados do PS do Pico, aparecesse neste plenário esse voto de congratulação de que os picoenses se congratulam com essa medida e com essa acção do Governo, que é classificação da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha na Ilha do Pico e, Sr. Presidente, se me permite, gostava de fazer aqui um breve comentário sobre esta situação.

Presidente: Sr. Deputado, esse comentário terá de ficar para outra vez, porque o seu tempo já se esgotou.

O Orador: De qualquer forma, quero fazer um elogio sincero ao Sr. Secretário Regional do Ambiente pela determinação, pelo bom trabalho técnico na apresentação desta candidatura, pelo sucesso que esta candidatura teve e associar-me a este grande facto importante que é a Classificação do Património associado à Cultura da Vinha na ilha do Pico.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD, PP e do Deputado José Decq Mota)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge para esclarecimentos.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entendemos ser uma obrigação nossa, no final duma legislatura, apresentar o balanço e prestar contas àqueles que nos elegeram, em função do que foram os compromissos eleitorais que nós assumimos no manifesto que apresentámos no nosso círculo eleitoral em 2000. Foi isso que, de forma sintética, aqui procurámos fazer.

Uma pequena nota de esclarecimento:

As preocupações do Conselho de Ilha, as preocupações da generalidade da população do Pico, algumas delas de obra que continua a ser necessária e que continua a ser preciso executar na ilha do Pico, constam também desta minha intervenção e foi com isso que, efectivamente, terminei a intervenção que fiz há pouco.

Portanto, nem tudo está feito. Muito ainda falta fazer, mas com a dinâmica implementada nestas últimas duas legislaturas e principalmente nestes últimos dois anos de governação do Partido Socialista, será possível fazer mais e melhor, continuando a empurrar o Pico para o progresso e para o nível de desenvolvimento que pretendemos desde há muito.

A questão da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico foi por mim abordada daquela tribuna. Ainda bem que o Deputado Cláudio Lopes se congratula, porque, infelizmente, nem todo o PSD do Pico se congratula com esta medida. Todo o PS do Pico se congratula e se congratulou com um comunicado público que divulgou.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No último dia de trabalho do Plenário da Assembleia Legislativa Regional, nesta Legislatura, desejo fazer algumas considerações, embora breves, sobre aspectos que reputo de importância para o círculo eleitoral que me elegeu, a Ilha das Flores, e que têm a ver com a forma como decorreram estes últimos quatro anos, expectativas criadas e não efectivadas, esperanças que não passaram disso mesmo e ainda a certeza de que mesmo nas ilhas mais pequenas, afastadas e menos populosas, os seus habitantes têm de viver na certeza que é possível, aí, construir uma sociedade cada vez mais justa, com um desenvolvimento sustentado e equilibrado, com uma qualidade de vida digna e de acordo com o grande espaço económico em que nos integramos.

Hoje, na Ilha das Flores, no sector agro-pecuário, vive-se uma das maiores crises, senão a maior, desde há 50 anos.

O preço da venda do gado vivo desceu a um nível tão baixo que seria impensável ainda há pouco tempo. Vender novilhos turinos (holandeses) a 80 cêntimos o quilo de peso vivo, ou seja 320\$00 o quilo de carne, é muito pouco! Vender novilhos ou vitelos cruzados apenas a um euro o quilo de peso vivo, ou seja 400\$00 o quilo de carne, é muito pouco!

Apesar da compreensão que existiu, por parte do Governo Regional e concretamente do Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, no sentido de apoiar o

transporte dos animais e garantir o seu escoamento, há que pensar nesta crise, tirar desde já conclusões e adoptar medidas que, apesar de não poderem ser utilizadas nesta Legislatura, devem ser objecto de estudo para o futuro. Assim, dever-se-á pensar que mesmo em ilhas pequenas como as Flores, vai ser necessário fazer acabamento de novilhos, abatê-los, até porque nas Flores temos matadouro com condições para isso, embora seja necessário construir a imprescindível sala de desmancha e embalagem, conforme aqui referimos, em intervenção anterior, no sentido de se poder vir a colocar a carne embalada no mercado consumidor, que deverá ter selo de origem e de qualidade, o que permitirá preços muito mais justos para os produtores locais.

Neste sector não se deverá continuar a não proporcionar reformas antecipadas, previstas em legislação comunitária, como aconteceu nesta legislatura, com a agravante de apesar da aprovação de poucos processos a alguns dos interessados, ainda não estarem a ser pagas as reformas respectivas, o que há muito já devia estar a ser feito. No futuro, repito, tem de se proporcionar a candidatura a reformas antecipadas aos agricultores, no sentido de renovar as explorações, melhorá-las, facilitar algum emparcelamento, etc.

Quanto ao incentivo ao emparcelamento, o único que existiu foi o não pagamento da sisa; após a sua extinção não têm os agricultores qualquer incentivo ao emparcelamento. É urgente a criação de medidas no sentido de incentivar o emparcelamento voluntário, sempre que isso seja possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto às pescas, os pescadores das Flores receberam com revolta, há dias, a notícia dada pelo Senhor Presidente da Lotaçor, o qual os informou ser sua intenção o encerramento, para breve, da Lota do Concelho das Lajes. Não percebemos, em vésperas de eleições, como o Senhor Presidente já delineou o futuro!

Mas pior se percebe ainda por que razão se teima em fechar uma lota, muito importante para todo um concelho e que nos períodos de piores condições de mar chega a ser importante para toda a Ilha, porque fica junto ao porto acostável.

Como hoje reafirmamos, o que sempre afirmámos no passado, é necessário existirem duas lotas nas Flores, nas Lajes e em Santa Cruz, como existe, actualmente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nas Flores e na presente legislatura o Governo Regional tinha-se comprometido a construir o Porto de Recreio das Lajes e as instalações para o Clube naval, obras que continuam a ser uma miragem, porque entretanto se está a recuperar o Porto. É necessário que, na recuperação do Porto, se inclua a iluminação, porque ele continua com a luz provisória e às escuras na zona das pescas. Também no porto ainda não existe abastecimento de água.

No futuro, com a conclusão das obras do Porto, há que aproveitar o estaleiro instalado no sentido de serem efectuadas as obras de mar que as Flores ainda necessitam, recuperação dos pequenos portos de Ponta Delgada e Fajã Grande, os portos de recreio nas Lajes e em Santa Cruz, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Durante esta legislatura as Flores perderam mais de 3 anos e meio na recuperação das Estradas Regionais, na medida em que essa recuperação só agora se iniciou. Portanto, será obra que necessariamente tem de continuar na próxima legislatura, porque todas as estradas regionais das Flores necessitam de tapete betuminoso e é ainda necessário alcatroar as estradas florestais para que elas cumpram os fins para que foram feitas; o que também ficará para o futuro, tal como a conclusão da Estrada da Volta da Ilha. Nos próximos anos há ainda muito que fazer nas estradas da Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Flores, como Ilha onde há muito a fazer e necessita de ser bem feito, temos que dar como exemplo o problema dos lixos e da ausência de aterro sanitário.

Embora a primeira responsabilidade seja das Câmaras Municipais, o Governo Regional não pode rejeitar as suas. E, ao ser localizado o aterro em local contestado pelas populações, de tal decorreu a não concretização da obra. Assim, será necessário, no futuro, rever todo este processo, localizar o aterro em local aceite

pelas populações, com intenção firme de construí-lo, para que de uma vez por todas se terminem com as lixeiras a céu aberto, como as que continuam ainda a existir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora, os responsáveis pela Governação Regional e Autárquica, irão dizer que fizeram muito e muito mais ainda se propõem fazer. Ai de nós se aqueles que estão no poder nada fizessem!

E, se apoiaram a habitação, não fizeram senão o seu dever e só é pena que privilegiem os amigos e não tratem os cidadãos todos de igual modo; ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... se iniciaram agora algumas obras, já as iniciaram muito tarde, mas ainda bem que as iniciaram.

Em conclusão:

As Flores continua a ser uma Ilha onde muito há para fazer, no sentido da sua população alcançar o progresso e o desenvolvimento que justamente continua a desejar.

Por tal sempre lutámos e continuaremos a lutar.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

(Pausa)

Estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa e Manuel Campos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste final de legislatura o Sr. Deputado Paulo Valadão fez, e bem, um balanço e deixou algumas preocupações relativas à Ilha das Flores, nosso círculo eleitoral. Eu partilho dessas preocupações e penso que é correcto da minha parte felicitá-lo pela sua intervenção, porque o Sr. Deputado fez o levantamento de alguns problemas e ao mesmo tempo deu sistematicamente a indicação de que o Governo Regional estava atento e estava a resolvê-los.

O senhor fala da crise da agro-pecuária, que é uma questão exterior à Região, ou seja, o mercado está a funcionar numa forma deficiente, porque existe uma crise a nível nacional em que as pessoas estão desempregadas e não têm dinheiro para comprar carne e então a lei da oferta e da procura força a que os preços baixem. V. Exa. reconheceu que o governo teve uma intervenção e penso que lhe ficou bem.

No que respeita à rede viária das Flores, nesta legislatura, tal como se tinha comprometido – a legislatura vai do primeiro ao último dia – o Governo iniciou a sua recuperação e vai continuar a recuperá-la.

Gostaríamos que tivesse sido antes, mas circunstâncias houve que levou a que assim não fosse e já foram aqui debatidas, nomeadamente a revisão do PMP, etc.

De qualquer forma V. Exa. reconheceu que se está a fazer o trabalho e penso que também reconhece que se está a fazer um bom trabalho.

O senhor podia ter falado de outras coisas que se fizeram como a questão da escola, da construção da nova aerogare, etc., mas falou do Porto e muito bem. Foi preciso dar prioridade à recuperação do molhe do porto, gravemente danificado pelos temporais.

A questão do núcleo de recreio não foi abandonado, é apenas uma questão de calendarização. Está pronto e deverá avançar na próxima legislatura, porque estamos convencidos que o Partido Socialista, para bem das Flores e dos açorianos, vai continuar a ser governo.

V. Exa. disse no final, e penso que não era uma interrogação, mas uma afirmação, que se fez muito e que se fez bem. Concordo absolutamente. Fez-se muito, fez-se bem e vai-se continuar a fazer muito e cada vez melhor.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos.

(*) **Deputado Manuel Campos (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu tenho uma informação substancialmente diversa daquilo que disse aqui nesta Assembleia.

Efectivamente houve uma deslocação dum responsável da Lotação à Lajes das Flores. Houve uma reunião com pescadores e armadores e o que foi dito nessa reunião é, pelo que sei, substancialmente diferente daquilo que foi aqui dito.

Não está, como já reiteradamente foi afirmado anteriormente, para se encerrar a Lotação das Lajes.

Nessa reunião o que houve foi uma reflexão no sentido de ser criada uma estrutura associativa de pescadores e armadores, por forma a que a Lotação das Lajes pudesse vir a passar, no futuro, para uma gestão dessa associação, a exemplo do que já existe em S. Miguel, na Terceira, no Pico e em S. Jorge.

Pensamos que deve haver algum cuidado quanto à interpretação daquilo que se passa nestas reuniões, porque as coisas não terão sido exactamente como o Sr. Deputado aqui transmitiu.

A informação que eu tenho é essa e tenho razões para acreditar que realmente foi assim que as coisas se passaram.

(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Bento Barcelos)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Manuel Herberto, agradeço as suas palavras, porque interpretou aquilo que eu disse.

Conhecemo-nos há muito e sabemos que trabalhamos ambos com seriedade e por isso quando o Governo faz bem feito, e o caso da agricultura é exemplar, há que reconhecer e eu não tenho qualquer pejo em fazê-lo da tribuna da Assembleia Legislativa Regional.

Penso que estamos de acordo que há muito ainda para fazer na ilha das Flores. Há que fazer um grande trabalho naquela ilha, porque numa ilha pequena, pouco populosa, com o perigo cada vez maior da desertificação, é necessário haver uma compensação grande por parte das entidades públicas, no sentido de mantermos a

nossa presença numa sociedade, como disse na minha intervenção, cada vez mais justa e onde os naturais sintam vontade de lá viver e aqueles que vêm de fora e lá se fixem, continuem, porque isso é imprescindível para aquela ilha.

Sr. Deputado Manuel Campos, conversei com pescadores, a pedido deles, na passada segunda-feira, ou seja anteontem, e foram eles que afirmaram categoricamente que lhes tinha sido dito pelo presidente da Lotaçor, há bem poucos dias na Ilha da Flores, que a lota das Lajes não podia continuar aberta e que o peixe desembarcado no Porto das Lajes teria que entrar na lota de Santa Cruz, porque na Ilha das Flores só iria haver uma lota. É contra isto que eu estou.

Eu não posso admitir, nem admito que, em vésperas de eleições, um senhor presidente duma empresa pública esteja a delinear o futuro a médio prazo e que esse futuro esteja contra os interesses da economia da ilha.

É evidente que os pescadores, sejam eles de Santa Cruz, sejam eles das Lajes, entendem que é fundamental a existência das duas lotas.

Nós, da nossa parte, defendemos e continuaremos a defender firmemente que os pescadores das Flores continuem a ter à sua disposição a lota das Lajes e a de Santa Cruz, porque isso é imprescindível para um sector fundamental do desenvolvimento económico daquela ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

(*) **Deputado Manuel Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só uma nota muito breve.

Relativamente à questão das pescas, obviamente que o meu camarada Manuel Campos, que é quem acompanha a matéria mais de perto, teve oportunidade de prestar o esclarecimento.

Eu também contactei com o Sr. Presidente da Lotaçor quando ele esteve nas Flores e sei aquilo que se passou e que foi o seguinte:

O Sr. Presidente da Lotaçor deslocou-se às Flores onde reuniu com os pescadores e os armadores em Santa Cruz e nas Lajes, há cerca de uma semana atrás, em que tratou da questão associativa, sensibilizou os pescadores para a necessidade de se organizarem, a exemplo do que acontece noutras ilhas.

Dessa organização resultam vantagens, nomeadamente em termos de frio, para transporte de pescado, em termos de gestão do entreposto frigorífico das Lajes, que ele entende que deverá ser gerido pela própria classe e os pescadores foram sensibilizados para analisarem e terem em conta a eventualidade da vantagem do leilão electrónico ser feito num único local.

Analisou com eles a evolução dos preços nos últimos anos, que têm sido extremamente favoráveis. As pescas nas Flores têm melhorado e está-se a fazer uma reconversão que é significativa. Ele abordou com eles, do ponto de vista técnico e das suas competências, essas matérias.

A exemplo do que já aconteceu quando foi da reformulação das lotas, nas Flores nada será feito, e enquanto eu tiver responsabilidades políticas tudo farei para que isso não aconteça, contra os pescadores. Tudo com e pelos pescadores. Disso o senhor pode estar descansado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

(*) Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Manuel Herberto, estou absolutamente de acordo.

Agora, há uma realidade que fez movimentar nas Flores os pescadores que foi ter-se falado ainda recentemente na hipótese do pescado ser todo leiloado em Santa Cruz e não se pode obrigar qualquer comprador a ir leiloar peixe onde ele não quer ir e todos sabemos que há um comprador de peixe que diz: “eu só compareço na lota das Lajes”. É um direito que ele tem.

Perante isto há que reconhecer a necessidade da existência das duas lotas. É tão simples como isto.

(Neste momento o Sr. Presidente retoma o seu lugar na Mesa)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Francisco Fernandes.

Deputado José Francisco Fernandes (Independente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subo a esta tribuna pela última vez. E confesso que o faço com uma emoção especial, porque numa ocasião destas não posso deixar de recordar os oito anos que passei nesta que é a casa mãe da autonomia.

Foram oito anos em que aqui estive em representação dos florentinos que me fizeram deputado com o seu voto. E nestes oito anos a minha grande preocupação foi ser o porta-voz das queixas, dos anseios e das justas pretensões dos florentinos que em mim confiaram.

Olhando para o que foram estes meus dois mandatos como deputado, acabo por concluir que foi mais fácil do que inicialmente poderia pensar, graças à compreensão e à amizade que encontrei por parte de muitas pessoas nesta casa. Desde logo da parte de V. Ex.^a, Senhor Presidente, e dos dois senhores deputados que o precederam no exercício de tão elevado cargo.

Naturalmente que da parte dos senhores deputados, de todos os partidos sem excepção, que sempre me consideraram mesmo que defendessem posições diferentes das minhas.

Dos funcionários da Assembleia recebi sempre todo o apoio que lhes solicitei.

E os jornalistas que cobrem os trabalhos parlamentares trataram-me sempre com respeito.

É portanto este o momento certo para a todos dizer muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta minha última intervenção como deputado independente.

As razões porque assumi este estatuto são simples e claras.

Fui eleito deputado pelo PSD e sempre tratei o partido e os seus dirigentes com respeito e lealdade.

Nunca estive agarrado a qualquer cargo e nunca exigi nada que não fosse receber do meu partido o mesmo respeito e a mesma lealdade.

Infelizmente acabei por ter a confirmação de que aqueles em quem mais confiei não foram honestos para comigo, porque enquanto me diziam uma coisa pela frente me estavam a dar uma punhalada nas costas.

Para mim a palavra é sagrada. Por isso não podia continuar a fazer parte de um grupo cujos principais responsáveis me traíram faltando à palavra dada, porque sempre ouvi dizer que quem não se sente não é filho de boa gente.

Acho que fiz o que tinha que fazer. Por uma questão de honra e de dignidade. E as muitas manifestações de apoio que recebi mais me convencem de que não podia ter feito outra coisa.

Seja como for, fiquei de bem com a minha consciência. E disso não se podem gabar certas pessoas que eu conheço...

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

Pedia ao Grupo Parlamentar do PS que indicasse alguém para o substituir.

(Neste momento o Sr. Secretário da Mesa, Deputado António Loura foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Manuel Avelar).

Deputado António Loura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprindo as disposições estatutárias que a isso obrigam, o Governo Regional visitou uma vez mais a ilha de Santa Maria, tendo escolhido os dias 15 e 16 de Julho passado para a realização desta que foi a última visita estatutária da Legislatura.

A visita iniciou-se com a reunião do Governo Regional com o Conselho de Ilha, que decorreu com a elevada cordialidade que sempre caracteriza estas visitas.

Nesta reunião os membros do Conselho de Ilha apresentaram diversas preocupações e anseios. A todas as questões apresentadas foi dada resposta pelos Senhores Secretários Regionais e pelo próprio Presidente do Governo. Nuns casos procederam a esclarecimentos, noutros comprometeram-se a dar resposta na próxima legislatura e noutros ainda a iniciar de imediato o processo, como é o caso da autorização para aquisição do imóvel necessário à instalação de uma Pousada de Juventude em Vila do Porto e da elaboração do projecto de requalificação das instalações desportivas da Escola Básica e Secundária Bento Rodrigues.

O restante tempo da visita foi dedicado a contactos com entidades da ilha e associações, visita às diversas obras em curso e inauguração de investimentos concluídos.

A deslocação a Santa Maria foi produtiva e, como tal, positiva para os marienses, quer pelo que foi concluído, quer pelos progressos verificados em diversos compromissos assumidos.

Como exemplo do excelente trabalho que este Governo Regional tem vindo a fazer em Santa Maria permito-me destacar:

- O início da obra da construção do Matadouro, cuja execução tem um prazo de 300 dias e que custará 2,5 milhões de euros, investimento há muito aguardado e que muito contribuirá para o desenvolvimento agro-pecuário da ilha.
- A inauguração do Abastecimento de Água à Lavoura, obra orçada em 3,5 milhões de euros, cujo investimento permitirá reduzir os custos de produção da actividade agrícola com claros benefícios para o rendimento dos agricultores.
- A conclusão do revestimento betuminoso do caminho da Zamba, no lugar de Santana, e as Quatro Canadas, que beneficiará 15 explorações agrícolas para além de permitir a circulação da população local.
- A obra de Remodelação e Ampliação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia, cujo valor é de 2.577 mil euros, prevendo-se a sua conclusão até ao final do presente mês.
- A conclusão da obra das Casas de Aprestos no Porto dos Anjos, investimento há muito aguardado pelos pescadores marienses, por ser o porto alternativo ao de Vila do Porto.
- As obras de Protecção na Orla Costeira no lugar da Praia Formosa, da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente.
- A obra do muro de suporte na baía de S. Lourenço, da responsabilidade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.
- A conclusão da Rotunda das Quatro Canadas, obra da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, cujo valor foi de aproximadamente 200 mil euros e que visa uma melhor distribuição rodoviária e maior segurança.

- A obra de pavimentação do troço da estrada regional Feteiras/Arrebentação, no valor de 410 mil euros e com um prazo de execução de dois meses.
- O lançamento da construção da 2.^a fase da Casa do Povo de Santa Bárbara, investimento que custará 400 mil euros e que permitirá à população da freguesia melhor qualidade de serviços na área da segurança social e dos cuidados primários de saúde.
- A inauguração do Cais para Ferries e Gare Marítima de Passageiros, no Porto de Vila do Porto. Esta infra-estrutura é a primeira do género nos Açores e custou 3 milhões de euros.
- Por fim, a inauguração do Centro de Recursos Comunitários, situado na freguesia de Santo Espírito, no antigo edifício da escola primária de Santo António. Este Centro é gerido pela Associação Salvaterra que recebeu apoios de diversas entidades e propõe-se fomentar a formação pessoal e social da população mais desfavorecida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Chegados à última Sessão Plenária da VII Legislatura é esta a altura certa de ser feito um balanço ao desempenho deste Governo Regional, relativamente ao grau de cumprimento das promessas eleitorais.

O investimento público directo do VIII Governo Regional na ilha de Santa Maria, ao longo destes 4 anos de legislatura, na realização de obras concluídas ou em curso, estará próximo dos 30 milhões de euros, considerando também uma obra de grande vulto projectada para um futuro próximo, como é o caso da obra do Núcleo de Recreio Náutico, que após a fase de candidatura a fundos comunitários deverá arrancar no 1º trimestre de 2005, e que representa um investimento superior a sete milhões de euros.

Para além das obras que já anteriormente referi como concluídas, nesta legislatura foram realizados os seguintes investimentos:

- Reparação total dos edifícios da Rede de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico e ampliação e adaptação da Escola Básica e Secundária Bento Rodrigues, num investimento global na rede escolar da ilha que atingiu os 7,5 milhões de euros.

- Ampliação e melhoramento da operacionalidade do Porto dos Anjos, cujo valor da obra foi de 400 mil euros;
- Requalificação ambiental das zonas envolventes do Aeroporto de Santa Maria;
- Classificação do lugar da Pedreira do Campo, em Vila do Porto, como Monumento Natural Regional;
- Criação da Gateway de Santa Maria no âmbito do novo modelo de transporte aéreo;
- Apoio à construção dos dois novos hotéis, ficando Santa Maria apetrechada com 420 camas, o que permite pensar numa melhor promoção da ilha.

Enfim, um sem número de realizações que corresponderam à satisfação das justas aspirações dos Marienses.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se pode constatar, nesta legislatura realizaram-se grandes investimentos por parte do Governo Regional na Ilha de Santa Maria, o que prova que este Governo do Partido Socialista liderado por Carlos César está bem e cumpre com os seus compromissos eleitorais.

O cumprimento das promessas feitas garante aos Marienses que os compromissos do PS para a próxima legislatura não são promessas vãs e é por isso que estamos profundamente convencidos que em Santa Maria, como aliás nas restantes ilhas, os eleitores irão renovar a sua confiança no Partido Socialista e num novo governo liderado por Carlos César.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

uma Terra de encanto.

Esta afirmação constitui, quanto a nós, a síntese da definição que possa atribuir-se àquela Ilha, considerando as suas gentes e as maravilhosas paisagens que a compõem.

O conjunto diversificado das suas trinta freguesias, desde a harmonia perfeita da paisagem composta pelo rendilhado das paredes geometricamente delineadas dos seus terrenos de pastagem ou de cultivo até à disposição dos arruamentos e dos edifícios que englobam, quer a perfeição do estilo *Ramo Grande* ou a imponência das casas senhoriais das Quintas de São Carlos, quer a elegância da construção moderna, ou ainda a maravilhosa traça da cidade de Angra do Heroísmo, consagrada Património Mundial pela UNESCO, representam o melhor do que se pode encontrar em qualquer lado, constituindo uma delícia para os que ali vivem e também para aqueles que tenham o privilégio de a visitar e apreciar.

A sua população é composta por gente que trabalha nas mais variadas profissões, desde o sector primário, que cada vez ocupa menos mão de obra, passando pelo secundário, onde a Indústria de Lacticínios e o Comércio desempenham um papel fundamental na economia da Ilha, até ao sector terciário, que vai gradualmente ocupando um maior número da população activa.

A economia da Ilha está a ficar dotada dos meios estruturantes necessários ao seu pleno desenvolvimento. O Aeroporto, com a aerogare a ser remodelada; o Porto Comercial a ser aumentado, complementado e reforçado; o Parque de Combustíveis em adiantado processo de implementação; os Parques Industriais do Porto Oceânico e de Angra, em plena expansão; a Agricultura com as estruturas e infra-estruturas a ficarem concluídas, como acontece com a Fábrica da Unicol, o Matadouro Industrial e os já muitos caminhos construídos em todos os Perímetros de Desenvolvimento Agrário da Ilha, bem como as centenas de explorações que já beneficiam de água canalizada; os Portos de Pesca da Praia, dos Biscoitos e da Vila Nova a funcionarem em pleno e o aumento do Porto de São Mateus já anunciado; as Escolas do Primeiro Ciclo remodeladas e a Secundária Francisco Ornelas da Câmara, na segunda fase da sua construção; o Centro de Saúde da Praia da Vitória construído e o novo Hospital

de Angra com garantias de concretização; as estradas regionais da Ilha quase totalmente arranjadas, nomeadamente a regional n.º 1, que mais parece uma avenida em toda a sua extensão (Sr. Secretário José Contente, embora não estando presente aqui neste momento: tenho aqui de afirmar que, apesar da Canada do Tapete e a Canada dos Pastos, bem como a estrada do Cabrito e a ligação ao Porto Comercial estarem ainda necessitando de intervenção urgente, valeram a pena as escaramuças que os deputados do PS mantiveram consigo. Hoje, o Sr. Secretário pode orgulhar-se de ter construído estradas ao longo de toda a Ilha que, por serem tão boas, possuem o *contra* de dificultarem a acção dos toiros nas touradas à corda...

(Risos da bancada do PS)

...mas já Vitorino Nemésio se queixava de que as estradas asfaltadas eram impróprias para andar a cavalo. Não há bela sem senão...) constituem uma vasta série de benefícios, que muito vieram enriquecer e melhorar as condições de vida dos terceirenses, contribuindo de forma decisiva para um cada vez maior desenvolvimento económico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este povo, que sabe compreender mas que também reivindica, tem uma capacidade crítica muito profunda.

O seu sentido de responsabilidade faz com que saibam aliar, como ninguém, o esforço do trabalho à alegria de viver, mantendo o espírito alegre e dinâmico, mesmo nas situações que exigem maior esforço.

Para os diversos meses do ano, e para cada ano que decorre, a população da Ilha Terceira soube, através dos tempos, encontrar lenitivos para as horas amargas. Da tristeza, sabe extrair alegria e boa disposição, tornando assim contagiante, a sua forma de estar na vida. Consideramos ser este o seu principal segredo.

Numa demonstração do que neste aspecto acontece, encontramos o transvazar dessa alegria logo no comemorar do surgimento do Novo Ano, onde, em grupos cada vez mais alargados de amigos, procuram celebrar esse momento.

A explosão de alegria é enorme, no agradecimento à sublime dádiva de mais um ano

que chega, permitindo a continuidade de uma vida que se gosta de viver.

A forma como as Câmaras da Ilha, nomeadamente a Câmara de Angra, vêm colaborando com os terceirenses na comemoração desta data, é algo que nos apraz salientar por logo aí existir espontaneidade na convivência das autarquias com o povo. Esta será uma data comemorada universalmente, mas ali, também.

De seguida, aí por Fevereiro ou Março, surge o Carnaval. Aqui, a Ilha Terceira transfigura-se. As quatro semanas que antecedem o Domingo Gordo são de intensa azáfama no ensaio das danças, bailinhos e comédias, cujos assuntos já foram previamente escritos por esses poetas populares (de entre os quais é obrigatório salientar o Hélio Costa da Vila das Lajes) e também no arranjo das inúmeras e ricas vestimentas que irão ornamentar os personagens, que darão vida com as suas interpretações às dezenas de manifestações culturais que naqueles dias subirão aos inúmeros palcos da Ilha.

Estas brincadeiras de Carnaval desempenham um papel fundamental na cultura terceirenses. Em todos os aspectos: desde logo, na desenvoltura que provoca em quem actua, pois os ensaios não são para brincadeiras. Aprende-se a gesticular, a pronunciar bem cada palavra, a cantar, etc. Aprende-se até sobre os diversos assuntos que são levados à cena. Ajuda na formação de cada indivíduo. Desenvolve o espírito crítico. Além disso, é também mercê do Carnaval que muitos jovens optam por aprender a tocar instrumentos de corda, havendo na Ilha Terceira um número bastante elevado destes intérpretes.

Muito pouca gente (pouco mais do que os doentes) fica em casa nas noites de Carnaval. Todas as casas de espectáculos se enchem à volta da Ilha e muitas delas durante toda a noite.

Alguns bailinhos têm a sua presença garantida todos os anos. O povo exige-o São os casos dos bailinhos do João Mendonça na Agualva, do Guilherme na Praia, do Alcino na Porto Martins, do Rui Nogueira na Vila Nova, do Fernando Alvarino em São Brás, etc. Até os bailinhos da Terceira Idade são uma presença garantida nos fins de semana anteriores, pois já não possuem fôlego para aqueles dias.

Após o Carnaval segue-se a Quaresma. Tempo de reflexão, também ele necessário.

...E logo de seguida têm início as festas em louvor do Divino Espírito Santo, que

durarão oito semanas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta altura, cada *imperador*, aquele que tirou *pelouro* isto é: aquele que tirou à sorte no ano anterior o domingo em que pagará a sua promessa, se prepara para dar a sua Função, após ter em casa a Coroa do Espírito Santo durante uma semana, em que rezará o Terço com os convidados, todas as noites.

É antes do rezar do Terço (rezado ou cantado) que se organizam os bailaricos, a festa que envolve os jovens e adultos presentes e que o Divino parece abençoar.

Na quinta-feira são enfeitados os bezerros que os *Criadores* (lavradores amigos) engordaram juntamente com o seu gado durante todo o ano, sendo tradicionalmente a rês mais gorda de toda a manada. É um *prezamento* para aquele que entrega o bezerro mais gordo, pois dá direito a ocupar no cortejo da Coroação o lugar de *Vereador mais velho*; isto é, leva a insígnia do lado direito da Coroa das promessas no cortejo.

Neste dia, muitos *imperadores* convidam os cantadores a acompanharem o cortejo dos bezerros para cantarem o Pézinho. Quando assim acontece, durante o regresso a casa com os bezerros já enfeitados, pára-se junto à casa de personalidades ou instituições a quem se cantam algumas cantigas enaltecendo os atributos dos homenageados.

Na sexta-feira eram mortos os bezerros. Agora são-no mais cedo, pois a matança tem necessariamente de ser no Matadouro, por razões de saúde pública. No sábado a carne é cortada de forma apropriada para as esmolos que serão repartidas pelas casas dos convidados e amigos, assim como para a sopa e alcatras que serão servidos no domingo da Função, após a chegada da Igreja onde se procedeu à coroação da pessoa que foi razão da promessa feita. Quase sempre e de acordo com a promessa do *imperador*, são dadas esmolos de mesa (sopa e carne) que são distribuídas antes de ser servido o almoço da Função.

Hoje, as bezerradas e cortejos das coroações são abrilhantados por Filarmónicas, que existem em quase todas as freguesias da Ilha.

Cumprida a promessa, vai agora o Divino Espírito Santo ser transportado em cortejo também, para casa do *imperador* da semana seguinte, até que se conclua o oitavo

domingo.

O sétimo e oitavo domingos são os dias de Bodo.

Nestes domingos, para além das Funções que também são realizadas, há a distribuição de pão e vinho a todas as pessoas que demandem a freguesia após a missa da Coroação. Assim, para além dos *imperadores* que ocupam o Treato durante o dia, existem dois Mordomos, um para cada Bodo, que ocupam a Dispensa.

Estes pediram na freguesia durante o ano, para agora terem pão e vinho que chegue para darem a todos os que aparecem na distribuição do Bodo. Ai da freguesia ou do Mordomo onde o pão ou o vinho falte... Isso nunca deve acontecer! Seria uma vergonha.

É na quinta-feira antes do primeiro Bodo, que os Mordomos vão em cortejo automóvel buscar o vinho à freguesia dos Biscoitos (quase sempre) que ficará armazenado na Dispensa, juntamente com o pão talhado em *brindeiras*, para serem distribuídos nos dias de Bodo.

Na segunda-feira os Mordomos passam a freguesia, deixando pão e vinho em cada casa.

São oito semanas de muita alegria na casa daqueles que ficam de consciência tranquila por cumprirem uma promessa feita em hora de muita aflição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entretanto, o dia 1 de Maio chega por esta altura. É o dia da primeira tourada do ano, ansiosamente esperada durante seis meses e meio.

Ultimamente, é nas Fontinhas que a tourada desse dia junta mais gente. Ficou célebre, para alguns, a de 1998, pelo alvoroço que causou entre alguns amigos que quiseram ver como era. Ainda hoje retemos a imagem de como a massa humana é capaz de tomar asas quando se vê obrigada a isso...O curioso é que após a tourada e a caminho de casa, cada um manquejava mais do que o outro e sentia orgulho por ter estado e poder demonstrar que tinha estado, bem pertinho do toiro...

Dá-se assim início à época das touradas que se vai prolongar até ao dia 15 de Outubro. Cerca de 250 touradas à corda são corridas na Ilha Terceira nesse espaço de tempo.

O centro desta festa, o toiro, tem sofrido algumas contrariedades em termos de

genética ao longo destes últimos anos. Aquela garra, a revolta, a bravura, a insistência e até a maldade, têm sido substituídas por alguma suavidade e nobreza que não servem os propósitos de um toiro próprio para o caminho, próprio para lutar com o elevado número de *capinhas* de capa e guarda-sol que lhe aparecem pela frente.

Já se vai tornando raro assistir à corrida de um toiro assim, e se os ganadeiros não se interessarem pela preservação efectiva do toiro de corda, não terá valido a pena a criação da Associação para a defesa deste animal.

A mistura com as raças de toiros de lide, está contaminando aquilo que de bom, neste aspecto, havia na Ilha Terceira e que era (ainda é) seu património genuíno. É que de semelhante, o toiro da corda e o de lide, só têm a formação do corpo. No miolo, naquilo que interessa, são quase diametralmente opostos. Já o afirmávamos aqui em Fevereiro de 1999.

Isto é um assunto que tem de ser encarado muito a sério se o queremos preservar. Caso contrário, deixaremos de ver aqueles quadros de encantar, onde a astúcia do homem enfrenta o poder avassalador de um toiro bravo, mau, ruim, com vontade de abater tudo à sua frente. Essa plástica tem constituído uma referência da nossa história e os terceirenses, entre uma corrida à frente do toiro e uma ida à tasca (cuidado com a polícia) sentem a emoção de cada cena dessa luta entre o homem e a fera, mesmo que não tenha sido ele a executá-la. Revê-se nela. Faz parte dele próprio.

Naquele momento, cada um se sente um Dimas, um Magalhães, um Rocha ou um Paulino...

Entusiasmada durante o Verão com as festas dos Oragos em todas as freguesias, onde às procissões se seguem as cantorias, os bodos de leite e as touradas, com as Sanjoaninas cada vez mais encantadoras e variadas, a que mão estranha procurou obscurecer o fulgor da sua feira taurina já com grandes repercussões no exterior, bem como as belas festas da Praia da Vitória, onde anualmente se manifestam os princípios filosóficos de Epicuro, a Ilha Terceira despede-se na Vila das Lajes dessas festas e a 15 de Outubro diz *até para o ano* aos toiros que combateram vezes sem conta nas estradas da Ilha, onde escorregaram muitas vezes, porque o asfalto é novo,

é fino, é muito bom para os carros, mas é péssimo para os toiros.

A partir de agora, quando os jovens e crianças já iniciaram o ano escolar, organizam-se os grupos da sueca, algumas ferras têm lugar e o São Martinho volta a reunir os grupos que se juntavam nas touradas e que agora, entre outras coisas, discutem sobre os gueixos para o próximo ano, dos diferentes ganadeiros.

Foi por uma Terceira assim que o Presidente do Governo Regional, Carlos César, se apaixonou. Fazemos votos para que essa paixão perdure.

A seguir vem o Natal e o terceirense vive essa festa em família, tal como acontece em qualquer outro lugar. Em paz. Serenamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O povo da Terceira é ímpar na sua forma peculiar de estar na vida, arranjando sempre espaço e tempo para os seus divertimentos, onde muitos nem sonham que existam.

Um povo que se porta assim, não teme a pressão e a angústia que atingem a maioria dos mortais. Analisa com calma tudo o que tem de enfrentar. Não precisa que alguém pense por ele. Ninguém o engana, podem crer.

Fomos eleitos por esse povo por 6 vezes, ao longo de 28 anos, para o servir como deputado. Servimo-lo durante 15 anos e meio.

Sabemos que não servimos da forma como a Ilha Terceira mereceria, pois a Terceira merece sempre mais. Todavia, saímos de consciência tranquila por sempre termos estado ao lado de quem nos procurou. A melhor recordação que levamos, para além de tantas recordações boas, é a do contacto quase permanente e directo que mantivemos com os terceirenses, como deputado, durante esses anos.

Aproveitamos esta oportunidade para endereçarmos um abraço amigo aos deputados das várias Legislaturas em que participámos, nomeadamente os da VIII Legislatura, desejando a todos as maiores felicidades pessoais para o futuro.

Estaremos acompanhando com orgulho o trabalho daqueles que continuarem a servir o povo dos Açores com a disponibilidade e o espírito de solidariedade de que sempre deram mostras.

Apenas um reparo: esta Casa tem de criar mecanismos de defesa positiva daqueles que a servem. Enquanto a servem.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Tem de criar condições de dignificação do cargo de deputado perante a opinião pública, pondo cobro à vulnerabilidade em que muitas vezes ele se encontra. Por vezes o deputado parece ser o osso em que todos querem morder. É que ele não tem nada para dar, a não ser o seu trabalho.

Há tanta forma da população se habituar a compreender a missão do deputado. Há que evitar o ataque que é feito, muitas vezes de forma covarde e abstracta e outras vezes também apenas porque se não teve ensejo de vir cá parar.

Quando houver razão para o fazer, que se denuncie concretamente o deputado que não seja digno do cargo que desempenha. Fazê-lo no abstracto, enfiando todos no mesmo saco, é cobardia pura. Esta Casa pode fazer muito, pela positiva, para evitar que esta situação perdure.

Na verdade, acaba por ser a própria democracia que está em causa, quando se lança o descrédito de forma desenfreada, continuada e persistente, sobre todos aqueles que o povo elege.

Bem hajam.

Disse.

(Aplausos das bandas do PS, PP e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os valores que balizam o modelo de sociedade que defendo – liberdade, igualdade de oportunidades, desenvolvimento económico sustentado, preservação do planeta, mais ciência e tecnologia ao serviço de melhores condições de vida para todos, saúde, educação e cultura com igualdade de acesso a todos os cidadãos, conduzem-me, necessariamente, a uma determinada concepção de como deverá ser o sistema de ensino público, e, de como se devem organizar as escolas, para que lá se possa construir e generalizar o acesso à sociedade do conhecimento, que cada vez mais se impõe.

É um dado adquirido que as sociedades são tão mais avançadas quanto mais a sua economia se basear no conhecimento e estiverem preparadas para uma aprendizagem contínua - este tem de ser, também, o nosso desafio!

Assim, as escolas têm de ser elas próprias - “learning centers” – que aprendem com o espaço global para melhor ensinarem, servindo os diferentes grupos da sua comunidade.

Estando a população jovem em retracção – população que tradicionalmente tem maior capacidade de aprendizagem e de acompanhamento de novos conhecimentos e tecnologias, desde o início da sua formação, as “Economias Baseadas no Conhecimento” deparam-se com exigências de vulto, tais como:

- A necessidade de aperfeiçoarem os seus sistemas de ensino e formação, orientando-os para as qualificações médias e superiores associadas à forma como cada uma delas assimilar a “terciarização avançada”, envolvendo a totalidade da população jovem nesse processo de aprendizagem orientado para o futuro;
- A necessidade de encarar de forma diferente a tradicional separação entre ensino mais académico e ensino mais profissionalizante, no sentido de “extrair” a maior capacidade de aquisição de competências e conhecimentos, ao longo da vida activa, por parte dos jovens.

Por outro lado, o conteúdo académico da formação profissionalizante deve ser fortalecido, tornando mais fácil aos jovens com cursos profissionais, o ingresso no ensino superior, fornecendo-lhes as bases de conhecimento teórico para poderem lidar com tecnologia em mutação, e preparando-os para processos continuados de resolução de problemas.

É preciso contrariar a ideia de que o ensino profissional, é sempre uma escolha de nível inferior.

A procura explosiva de conhecimentos a que, já hoje, assistimos, processo irreversível, associada às quebras acentuadas nos custos das telecomunicações, combinadas com grandes aperfeiçoamentos no “software” (e contínuos aperfeiçoamentos no “hardware”), o aumento dos “agentes” capazes de pesquisar nas bases de dados acessíveis por redes do tipo “Internet”, e de acordo com as necessidades do utilizador, o desenvolvimento das tecnologias de simulação por

computador que permitem uma aprendizagem interactiva e um controlo dos avanços no conhecimento, por forma a que os indivíduos possam moldar o processo de aprendizagem de modo mais adaptado às suas necessidades, **exige que se operem mudanças tecnológicas e organizativas no modo, tempo e local da aprendizagem.**

Por outro lado, assiste-se a uma crescente procura, por parte dos indivíduos, de locais de aquisição de conhecimentos e de certificação mais eficientes e reconhecidos internacionalmente.

Assim, surge uma concorrência aos sistemas públicos de educação, tradicionalmente, protegidos.

A oferta pública tem de ter em conta essa concorrência, quer interna, quer externa, e para continuar a ter qualidade tem de dar respostas descentralizadas e inovadoras para o ensino, e uma oferta mais diversificada dos materiais educativos.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É dentro do contexto que acabo de referir, que retomo o conceito de escolas – “comunidades aprendentes”, ou seja, organizações capazes de aprender com a experiência; de construir uma estratégia indutiva de mudança, apoiada nos bons exemplos que existem no terreno; que promovam a acção dos seus formadores, para além de meros transmissores de conhecimentos, de forma a serem animadores dos processos de aprendizagem, conselheiros do projecto pessoal e profissional do formando e organizadores das interfaces com a comunidade local.

Para melhor concretizar o conceito “comunidades aprendentes”, passo a referir, como exemplo, alguns princípios organizativos e metodológicos que deveriam estar subjacentes ao “ensino-aprendizagem” da Matemática.

A matemática é, no dizer de Miguel de Guzman, um dos grandes professores e investigadores em educação matemática dos nossos tempos, *(e passo a citar)* “uma chave fundamental para a compreensão do mundo e o desenvolvimento integral do ser humano”; “uma ciência em busca da verdade, uma ferramenta que vem em auxílio das outras ciências e actividades do homem, uma actividade criadora de uma beleza apenas acessível aos olhos da alma, como dizia Platão.” *(fim de citação)*.

Esta visão ampla da actividade matemática, devia fazer da educação matemática uma perpétua aliada da educação humanista e não sua rival. As facetas profundamente humanas desta ciência são as que deveriam fazer dela um dos grandes eixos do nosso sistema educativo.

Assim, em cada escola, os professores que ensinam matemática devem organizar-se como uma equipa de trabalho, coordenada pelo respectivo delegado de disciplina.

No início de cada ano lectivo, e com a devida antecedência, relativamente ao começo das aulas, prepararão a sua actividade docente, tendo em conta:

Reconhecimento da escola onde vão trabalhar, através do conhecimento de:

- Projecto Educativo da Escola, e de como nele irá participar, quer o grupo disciplinar, quer cada professor individualmente;
- Principais características socio-económicas da comunidade a que a escola pertence;
- Quais as parcerias que existem entre as forças vivas da comunidade e a escola;
- Como organiza a escola a relação com os pais e qual o nível de participação que estes têm na vida daquela;
- A escola dispõe, ou não, de psicólogo escolar, e qual o Regulamento Disciplinar.

Preparação da componente lectiva com base nos seguintes vectores:

1. Reflexão, sob a coordenação do delegado de disciplina, dos pontos críticos do ensino-aprendizagem da Matemática, tais como:

- Como ensinar matemática, numa escola de massas, por forma a integrar positivamente a diversidade?;
- Como garantir que, ao nível da escolaridade básica obrigatória, todos os alunos aprendam matemática, ou seja, tenham sucesso na disciplina, ainda que o sucesso, não seja o mesmo em todos os casos?;
- Como compatibilizar orientações metodológicas (abordagens intuitivas, utilização de materiais e tecnologias, utilização da resolução de problemas e das aplicações da matemática, trabalho de grupo, ...) com o cumprimento dos conteúdos programáticos?;
- Como promover a apropriação generalizada, por parte dos professores, de “novas” orientações curriculares e a sua concretização na acção lectiva?

2. Conhecimento dos materiais educativos de que a escola dispõe, para o ensino da matemática, por exemplo, um Laboratório de Matemática, fundamental para que os alunos possam ter uma relação mais próxima com os computadores, adquirindo destrezas na utilização de “software” e acedendo a sítios na Internet com grande interesse para a matemática;
3. Caracterização, dos conhecimentos matemáticos dos seus formandos, bem como o número de repetências, meio sócio-económico, e necessidades educativas especiais;
4. Definição dos objectivos e dos “timings” que, para cada ano e nível de ensino, se propõem atingir, quais as metodologias mais indicadas e quais os materiais educativos que vão utilizar, nomeadamente, os manuais escolares.
5. Elaboração dos materiais de avaliação contínua e sumativa;
6. Definição das estratégias a organizar para recuperação dos conhecimentos não adquiridos, por parte dos alunos.
7. Definição das áreas de trabalho interdisciplinar;
8. Identificação das necessidades de formação dos professores do grupo de disciplina.

Todo este trabalho deve ser feito por equipas, coordenadas pelo delegado de disciplina e/ou coordenadores de ano.

Deve, ainda, ser dado conhecimento, por escrito, das decisões relevantes, ao Conselho Pedagógico e ao Conselho Executivo.

Ficam, desta forma, estabelecidas, com transparência, parcerias educativas entre os principais responsáveis pelo ensino-aprendizagem na escola – professores, conselho pedagógico e conselho executivo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi minha intenção usar esta última oportunidade para aqui falar, dar-vos testemunho de como acredito na possibilidade de melhorar a organização das nossas escolas, visando a melhoria do ensino e da aprendizagem que lá ocorrem.

É, também, minha convicção, de que não é necessário nem uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo, nem reformas estruturais dos ciclos de ensino ou dos currículos, nem outro modelo de gestão das escolas.

Ao invés dessas anunciadas mudanças, o que considero, realmente importante, é que haja, por parte dos responsáveis pelas políticas educativas (quer sejam legisladores ou executivos), um papel mais activo e permanente, no sentido de promoverem e apoiarem as escolas na sua organização como “comunidades aprendentes”.

A nível da Região Açores, os Governos do Partido Socialista, operaram, nos últimos 8 anos, reformas estruturantes, essas sim necessárias, no sistema de ensino regional. No entanto, é preciso continuar a melhorar a qualidade de ensino que se ministra nas nossas escolas, apoiando-as, no terreno, de acordo com as suas necessidades.

O grande repto é que se tenha um ensino público actual e eficiente, é este o desafio que aqui deixo para o futuro!

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção ao abrigo do artigo 76º, nº 4 do Regimento, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

(*) Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção minha nesta sessão só se justifica na perspectiva de um duplo olhar, um olhar retrospectivo sobre o passado, necessariamente um pouco mais demorado e pormenorizado, um olhar prospectivo sobre o futuro, necessariamente mais breve e genérico.

O olhar sobre o passado tem a ver com o testemunho de que a perspectiva duma geração que inicia nesta Assembleia a sua actividade política nos anos 80 e inicia com a sombra duma designação meramente negativa. É a geração que sucede à autonomia dos fundadores.

Mas, a segunda geração da autonomia apenas negativa e definida apenas por contraposição, vai adquirir em duas fases, nos anos 80 e nos anos 90, um estatuto positivo e com conteúdo novo a que eu chamarei, para não usar nenhuma designação com conotações partidárias, de segunda autonomia. Isso faz-se nos anos 80, agregando pessoas.

Lembremo-nos de 99 em que o PS, nesta vanguarda da autonomia, apresenta, como grande trunfo junto do eleitorado, apenas pessoas e junta a isso apenas um líder que destrói outro líder num debate na televisão. Esses dois factos representaram efectivamente uma viragem nessa geração, mostrando aos açorianos que ela tinha pessoas.

Necessitava de demonstrar que tinha ideias diferentes e faz isso nos anos 1990.

Essa reformulação começa dentro dessa vanguarda política em 92, em minoria, em 94 ganha maioria política dentro do partido, e em 96 ganha maioria social e formulação dessas questões que eu resumo num texto dessa data de Julho de 96 em que se diz que é um momento de viragem nas questões autonómicas: "...o modelo que existe na Constituição, em muitos dos seus aspectos, obedeceu ao modelo de regionalização, então mais conhecido, o modelo italiano. Entretanto os modelos, o espanhol por exemplo, fizeram o seu aparecimento.

Os problemas centram-se em relação à competência legislativa em relação ao sistema de funcionamento da Região e à necessidade de, em relação ao sistema em geral, passar pela renovação da confiança de conjuntos portugueses, desenvolvendo esforços para eliminar factores de conflito e reduzir ambiguidades e equívocos acumulados ao longo de duas décadas do regime autonómico democrático. Essa também é uma nova perspectiva, porque anteriormente se considerava que essa conflitualidade era um dos segredos, era uma das forças do regime autonómico.

Surge aqui uma nova concepção que propõe, para a delimitação das competências, três soluções possíveis: a delimitação como precisão das matérias de reserva dos órgãos de soberania; a criação de um sistema constitucional em que as matérias de interesse específico estejam delimitadas, deferindo compleição ao seu âmbito; ou ainda a opção para um sistema em que o legislador constitucional institua uma definição abstracta do interesse específico com o respectivo desenvolvimento subsequente no Estatuto Político da Autonomia".

Sabemos que esta foi a solução consagrada na última revisão constitucional, embora apenas um desses aspectos consideramos não corresponder ainda a este modelo e a uma deficiência que, tarde ou cedo, se virá a revelar.

Quanto ao sistema de financiamento da Região, são esboçados os seus princípios que encontram a consagração total dentro deste modelo da actual j) do artigo 239º em que se faz para este caso a definição, que ninguém pôs em discussão na recente revisão, do que deve ser o âmbito constitucional desse modelo de financiamento e depois o seu desenvolvimento subsequente.

O terceiro aspecto em que se esboçam novas soluções em relação ao sistema eleitoral, com a finalidade de uma melhor aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade e que se afiguram democraticamente indispensáveis, podendo contemplar também a introdução de um décimo círculo, correspondente ao conjunto da Região. Esta é uma formulação de 92 que acentuará uma necessidade de um reforço das competências parlamentares. Hoje isto parece-nos claramente evidente, o que não era em 94.

Nos defensores da anterior visão da autonomia propunha-se, por exemplo, “... uma revisão constitucional que deverá confirmar o poder legislativo da Região, repartindo-o entre os órgãos do governo próprio regional em moldes análogos ao que se verifica entre os órgãos de soberania do Estado”.

Essa visão dessa segunda geração da autonomia passou efectivamente por este reforço da componente parlamentar? Seria possível esboçar longamente esta formulação teórica.

Em relação a esse aspecto lembraria apenas uma questão que tem sido muito salientada aqui, que é a necessidade do Canal Parlamento, esquecendo-se possivelmente uma experiência que a esse respeito foi feita, sem o Canal Parlamento, mas com a RTP/Açores e que passou por consagrar na emissão da RTP as transmissões em directo, as transmissões através do telejornal, as transmissões dum momento de reportagem e programas de debate. Esses quatro elementos, em colaboração com a RTP/Açores, seriam, na minha opinião, até ao aparecimento de outra melhor, a solução mais barata, de gestão mais fácil, o que não está imediatamente disponível, como sabemos, de reforço desta necessária componente parlamentar.

Vou passar para um exemplo concreto dessa nova interpretação das competências da Assembleia relativamente à questão que ontem surgiu, na sequência de anteriores

posições, sobre a Lei de Finanças Regionais, lembrando que em 16-01-96 foi publicado um primeiro despacho para a elaboração da Lei de Finanças Regionais, prevendo que, entre outras coisas, além de ter um representante da Região, teria também um representante da Assembleia Legislativa Regional, se esta achar por bem designá-lo.

Em Fevereiro de 1996 essa designação foi feita através duma proposta de resolução, decidindo a Assembleia fazer-se representar pelo Presidente da Comissão de Economia, na altura o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Até sucederem novas eleições, em Outubro de 96, esta Assembleia não teve qualquer informação sobre esses trabalhos, não tem qualquer documentação, e esses documentos nunca foram considerados, como passaram a ser classificados recentemente como documentos desta Assembleia.

Em Outubro de 96 alterou-se a situação política na Região.

Há um despacho do Presidente da Assembleia de 2/12/96 que designa o novo representante da Região.

Em Janeiro de 96, era então Presidente da Comissão de Economia o Dr. Augusto Elavai e começam essas reuniões que foram feitas a 6, 15 e 27 .

Em 24 de Março de 1997 é feita uma reunião da Comissão Permanente desta Assembleia onde estão presentes, além dos representantes da Assembleia, os representantes do Governo nesse grupo de trabalho, entre eles o próprio Secretário Regional das Finanças, que produziu um suplemento que se encontra junto com os Diários das Sessões.

Em 11 e 12 de Abril é feito um debate público na Terceira, por decisão da Presidência da Assembleia, sobre esta mesma temática, em que estiverem presentes nomes como Medina Carreira, Mário Furtado, Saldanha Sanches e o próprio Director da Comissão.

Também percebemos que aqui há uma participação parlamentar totalmente diferente da anterior.

Há toda a informação disponibilizada, há a participação desta Assembleia e nunca houve um pedido nem a exigência em relação a quaisquer documentos produzidos

nesses grupos de trabalho e nunca foram considerados documentos desta Assembleia.

Finalmente para a sua revisão é instituído o grupo de trabalho em Abril de 2001. Esse grupo elege também o Presidente da Comissão da Economia para ser o representante desta Assembleia.

As reuniões terminam em Julho e em Setembro é apresentada nesta Assembleia uma declaração política, informando sobre o resultado desse trabalho.

Em Novembro de 2001, através da Comissão de Economia, esta Assembleia responde por unanimidade à Proposta de Lei de alteração da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e na altura é fornecido aos deputados um quadro sinóptico com todas as alterações, com todos os elementos de informação, incluindo as posições do Governo da República ao lado das posições da Região, ao lado das posições da Comissão.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim.

O Orador: Tudo isto feito e acrescentando-se o facto de ter sido considerado encerrado esse processo, embora não terminada a própria lei, de acordo com as interpretações e daquilo que têm direito os deputados, existem dois textos das actas dessa Comissão que foram entregues nesta Assembleia, os quais as pessoas terão acesso depois de terminado este plenário.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa deseja usar da palavra para?

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, será que posso usar da palavra durante 3 minutos para me despedir desta Casa?

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

(*) Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É efectivamente a última vez que falo nesta Casa, porque não fazendo parte das listas, não voltarei aqui como deputado.

Saindo daqui ao fim de quase 20 anos de trabalho, queria agradecer a todos aqueles com quem convivi e trabalhei ao longo destes anos, quer deste Governo e dos anteriores, quer da Assembleia, agradecer a ajuda, a colaboração e o apoio que me deram no exercício das minhas funções.

Queria também, se me é permitido neste momento, recordar alguns amigos, companheiros e camaradas que, não estando entre nós, tive também o privilégio de com eles trabalhar. Lembrava o Albano Pimentel, António Silva Melo, Carlos Mendonça, Fraga Pimentel, Homem de Gouveia, Melo Alves, Mário Freitas e Tomás Duarte. Penso que foram estes com quem convivi e trabalhei nesta Casa e que já não estão entre nós.

A todos os que vão ser candidatos e que vão ser eleitos desejo os maiores êxitos, a quem volte ao Governo os maiores sucessos e àqueles que, como eu, deixam esta Casa desejo-lhes as maiores felicidades pessoais, profissionais para quem continua e para quem é já reformado os melhores êxitos e que tenham muitas felicidades na sua vida.

A todos muito obrigado por aquilo que me ajudaram a ser nesta Casa. A todos desejo muitas felicidades.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos, a seguir ao qual entraremos na nossa ordem de trabalhos.

(Eram 17 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, peço que assumam os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 05 minutos)

Vamos entrar no Período da Agenda Parlamentar que tem como primeiro ponto a **Proposta de Resolução relativa à “Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional, referente ao ano de 2003”**.

Eu gostava sumariamente de vos dizer que esta Conta foi apreciada pelo Tribunal de Contas que não efectuou qualquer reparo. Estava tudo de acordo com a lei e foi apresentada nos prazos legais

Eu próprio recebi a Conta da mão do Presidente do Tribunal de Contas.

Como podem também ver do relatório e parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, tudo está conforme e a Comissão recomenda a aprovação da Conta de Gerência da Assembleia. Ela está ao vosso dispor.

Está aberta a discussão sobre esta matéria.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Conta de Gerência da Assembleia, referente a 2003, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 2 – **Pedido de autorização à Assembleia para o Sr. Deputado Renato Luís Pereira Leal prestar depoimento escrito.**

O que vamos votar, como sabem, é o relatório da Comissão, que diz que deve ser autorizado a prestar depoimento escrito.

Assim sendo, vamos votar o relatório da comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados terminámos os trabalhos da VII Legislatura – falta apenas votar a última resolução – e enquanto Presidente da Assembleia gostava de vos dirigir algumas palavras de agradecimento:

- aos Srs. Presidentes dos Grupo Parlamentares pela colaboração que prestaram e que facilitou o meu trabalho;

- queria também agradecer aos Srs. Membros Mesa da Assembleia que, como sabem, tem por função tratar das questões administrativas;
- finalmente agradecer a todos os Srs. Deputados a colaboração prestada, o vosso empenho e desejar a todos as maiores felicidades pessoais, profissionais e também políticas.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS, PSD, PCP e dos Srs. Deputados José Francisco Fernandes (Indep.) e Alvarino Pinheiro (PP)).

Presidente: Finalmente, Srs. Deputados, este é o último acto desta legislatura e que passo a ler: – “**A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Setembro**”.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Boa noite, muito obrigado e até logo.

(Os trabalhos terminaram às 18 horas e 10 minutos)

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel de Meneses Pinheiro

() Texto não revisto pelo orador.*

O Redactor, José Rodrigues da Costa